

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS.** Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniram-se nas dependências do Instituto Federal, Câmpus São Pualo Pirituba, às dezenove horas, os conselheiros e professores para a reunião de aprovação dos cursos superiores de Letras e Gestão Pública. A Diretora Cynthia Regina Fischer, fala sobre a pauta referente a aprovação dos cursos pelo CONCAM. Fala das novas regras de encaminhamentos e sobre a necessidade de passar pelo CONEN para conseguir as aprovações e proposição de novos cursos e que os FCCs foram nomeados em agosto. A pró-reitoria aceitou que podemos entregar os PPCs agora para início de agosto. Traz para o CONCAM o item mais importante para votar favoravelmente ou não para criar um novo curso, a planilha de impacto, que serve para mostrar se é possível rodar determinado curso. Mostra como o curso foi elaborado, a Professora Hânia Pilan, explica a planilha de impacto de forma sucinta e a diretora propõe a votação do primeiro curso e depois a do outro para facilitar, falou para corrigir a data no documento, falou sobre as diretrizes que são feitas em termos de horas, falou da duplo licenciatura e que a todo tem 4000 horas. A Cynthia diz que o Junot, antigo coordenador do curso de letras, esteve por várias vezes com ela para tratar dos problemas do curso. Foi despendido muito trabalho para fazer o PPC de letras e o mesmo já esta sendo feito desde o ano passado. A proposta deste curso de licenciatura é trabalhar a noite e falou dos semestres das disciplinas. Também falou de como os cursos foram escolhidos e os mesmos devem justificar os professores contratados. A audiência é um dos itens para a escolha dos cursos, mais o arranjo produtivo local, além do que mais dá emprego para a população sempre levando em conta a expertise do instituto. Coloca como exemplo que uma das áreas mais pedidas nas audiências públicas foi a da saúde, mas foi descartado pois não temos esta expertise e nem mesmo laboratórios necessários para consolidar um curso de saúde. Em nosso Instituto, como manda a lei, primeiro devemos fazer os cursos técnicos, como fizemos em Pirituba, depois os superiores, Licenciaturas, Tecnológicos e Bacharelado. Atualmente com a mudança dos tramites na PRE, é necessário um ano para abrir o curso. A Diretora Cynthia Fischer diz que pediu à Pró-Reitoria para aceitar nosso curso em tempo menor, já que nosso Câmpus está em uma situação de começo de implantação. Nosso Câmpus contratou professores no final do ano passado, tendo em vista os cursos já previamente pensados nas audiências públicas, (foi a direção dada pela reitoria), nós colocamos o máximo de professores no campo e com esta quantidade de professores precisávamos começar os cursos ainda em 2017. Foi mostrada a planilha de impacto e a orientação da reitoria para o centro de línguas e as necessidades dos cursos integrados. Foi perguntado pelo professor Robson Santos se ainda existem outras possibilidade de criar novos cursos superiores. A diretora explicar sobre as obrigatoriedades dos 50, 20, 30. A conselheira Ana Lúcia pede para mudar o horário dos terceirizadas, pois o período noturno precisará de alguém da limpeza para emergências no período noturno. Demonstra também preocupação em relação à infraestrutura do câmpus, afirmando que o trabalho de apenas duas assistentes de alunos não serão suficiente para satisfazer a demanda de trabalho gerada pela oferta dos novos cursos. Pediu também à presidente para explicar como se faz a contratação e como funciona os níveis dos técnicos administrativos e sua contratação. A diretora explica que se está tomando cuidado com as contratações para não errar, falou novamente como chamar os concursados, falou-se sobre liberar e apresentar o curso. Termina a apresentação do curso e propõe a votação. Neste meio tempo falou-se sobre a lei do estágio e da sua obrigatoriedade. A diretora propôs a votação: os quatro conselheiros votaram a favor. A conselheira Ana Paula vota pela aprovação, mas apresenta algumas ressalvas: a primeira delas é de ordem formal. Lê aos conselheiros e à presidente o artigo 19, parágrafo 8, da Resolução 45/2015, que rege o CONCAM, lembrando que as convocações extraordinárias devem ser feitas por escrito, com antecedência mínima de dois dias úteis, com a devida divulgação da pauta e dos documentos a serem apreciados, e que apenas a pauta foi enviada aos conselheiros, sem os devidos documentos que estavam sendo expostos para apreciação. Lembra também que semelhante equívoco já havia sido cometido em reuniões anteriores, como a da aprovação do calendário. Pede, assim, que se cumpra a resolução doravante, para que os documentos necessários à apreciação do mérito da votação sejam sempre enviados juntamente com as pautas, pois disso depende o voto consciente por parte dos conselheiros. Caso contrário, afirma, as votações do CONCAM serão meramente burocráticas – como têm sido até o presente momento - servindo apenas para referendar decisões previamente tomadas. Lembra aos membros do Conselho que a função do CONCAM é deliberativa. A segunda ressalva é também de ordem formal. A conselheira lembra aos membros do conselho que o prazo máximo para publicação de suas deliberações é de cinco dias úteis, contados a partir da data da reunião, e que a ata da reunião extraordinária do dia 08.02.2017 ainda não foi divulgada. A terceira ressalva chama a atenção para a necessidade de avaliações técnicas nas questões que envolvem os PPCs, tanto no que tange à consulta das demandas da comunidade externa, à avaliação de empregabilidade como também à análise da planilha de impacto. Demonstra preocupação com as escolhas importantes que têm sido tomadas nesse momento de implementação do câmpus, pois se forem erradas podem comprometer o desempenho dele futuramente. Enfatizou que a ressalva apresentada de nenhum

modo põe em questionamento a qualidade do trabalho desenvolvido pelos docentes que elaboraram os PPCs e que não é isso que está em questão. Afirmar que todos sabem do empenho dos colegas nos últimos meses, que vêm muitas vezes trabalhando até a madrugada para elaborar o projeto da melhor maneira possível, sendo impossível diante de tamanho esforço votar pela não aprovação. A conselheira faz ainda uma quarta ressalva em relação ao caráter emergencial com que todas as reuniões do CONCAM são convocadas, o que exerce de certo modo uma pressão para que os Conselheiros sempre aprovem os itens de pauta apresentados, pois em caso de discordâncias, nunca há tempo hábil para maturação ou reformulação dos itens, uma vez que a não aprovação de qualquer um deles implicaria em perda de prazos institucionais. Ilustra essa urgência através do caso presente, em que a reunião para aprovação dos cursos pelo CONCAM é convocada para quinta-feira, 16.02.2017 e o prazo para a submissão dos mesmos expira na segunda-feira, 20.02.2017. Desse modo, pede à presidente do Conselho que convoque as reuniões do CONCAM com maior antecedência. Afirmar ainda que é impossível aos conselheiros avaliarem a planilha de impacto prontamente, sem o envio prévio da documentação - como lhes está sendo solicitado nesta reunião. A profa. Rita Marioto pediu a palavra, foi lhe dada a palavra e se contrapõe à conselheira dizendo que a planilha de impacto tem que se discutir no PDI. Explica que não é uma discussão de uma pessoa e é uma construção coletiva. A profa. Ana Paula, por sua vez, lembra à profa. Rita que a planilha de impacto foi discutida, pelo que se sabe, na reunião de coordenadores e que não encontrou nas atas das reuniões do PDI menções de discussões acerca dela. Lembra à profa. Rita que acompanhou as discussões do PDI presencialmente ao longo do ano de 2016 e que isso não ocorreu. A presidente do conselho, profa. Cynthia, pede a palavra e expressa discordância em relação à objeção apresentada pela profa. Rita, explicando que a planilha de impacto é técnica e objetiva e é um trabalho designado aos coordenadores. A conselheira Ana Lúcia pede a palavra e expressa concordância com a conselheira Ana Paula, manifestando que é difícil interpretar a planilha de impacto e que, se tivesse mais tempo para analisá-la seria melhor. O conselheiro Roberto aponta um problema na divulgação das informações no câmpus, afirmando que os trabalhos da comissão do PDI precisam ser melhor divulgados para que todos os servidores saibam sobre os assuntos discutidos, sugerindo que devam ser colocados nos murais internos do câmpus. A profa. Rita Marioto depois de pedir a palavra, lembra aos conselheiros que a voz dos professores deve ser ouvida e que a voz do coletivo deve ser levada em conta nas posições que eles adotam. A profa. Patrícia, presidente do PDI, diz que estas questões já tem sido levantadas e que em breve tudo estará no site. Coloca ainda que no fim do ano os trabalhos foram divididos para a construção da parte escrita.

O professor Robson Santos pede a palavra e disse que corrobora com a professora Rita e que a mesma está correta, pois, tudo foi feito em conjunto e se deve dar o voto de confiança aos professores.

A conselheira Ana Paula Bulgarelli lembra à profa. Rita e ao prof. Robson que o corpo docente do câmpus é heterogêneo, não havendo como se falar em uma voz uníssona do coletivo, como se ela expressasse um desejo comum a todo grupo. Aponta que os professores do câmpus divergem acerca de uma série de assuntos, sendo impossível a um conselheiro do CONCAM satisfazer a todos na formulação do seu voto ou de suas posições. Lembra ainda que as divergências de opinião são inerentes à condição humana e que só resta a um conselheiro do CONCAM, caso queira agir de forma ética, escutar seus colegas, mas, em caso de divergências, priorizar a voz de sua consciência. Lembra ainda que para resolver os conflitos humanos, que são inevitáveis, só há duas saídas civilizadas: a lei ou a discussão racional. A lei acaba com as divergências ao submeter a todos. E a argumentação, o convencimento racional, é a escolha das melhores razões. Assim, entende que as deliberações do CONCAM, como órgão deliberativo que é, deveriam ser pautadas pela argumentação, pelo exame das razões apresentadas, e não por votos de confiança, que dispensam a consciência sobre aquilo que se delibera. Ressalta que as matérias decididas no CONCAM, por gerarem importantes consequências para o futuro do câmpus precisam ser melhor refletidas. Informa também que a presente deliberação é extraordinária e que só teve dois dias para se pôr a par da pauta e conversar com os docentes. E que nesse prazo, conseguiu conversar com sete deles - o que demonstra que não se trata de uma opinião pessoal. Aponta ainda que se a convocação tivesse sido feita com maior antecedência, este número poderia ter sido maior. A diretora falou que o CONCAM ainda não está completo, bem como muito da efetivação do Câmpus e está tentando fazer no tempo e na rapidez que é necessário, e não que está conseguindo dar conta de tudo.

A diretora ainda coloca que "estamos em um momento de exceção" e não temos condições de dar conta de tudo. Tudo está se maximizando em relação ao tempo. Para exemplificar, perguntou para a conselheira Ana Bulgarelli se a mesma se lembrava de como foi utilizado o FCC e as deliberações pra os coordenadores, e que ela mesma seguiu o processo, que deveria ter sido feito na sexta, até a quarta seguinte para que os professores pudessem eles mesmos escolher seus coordenadores. Perguntou se ela se lembra e da situação política em que estamos vivendo. Falou sobre as matrículas e como foi o exemplo das urgências que nem sempre consegue ou tem condições de resolver tudo a tempo, mas que todos estamos tentando. A professora Rita se ausentou por necessidade de continuar a elaborar alguns detalhes técnicos do

PPC. E que o atraso na organização do curso está ligado a grade e horas que havia sido proposto no começo do NDE, já que não levou em conta a lei resolução 2 de 1 de julho 2015. A quantidade de da carga horaria com 2.280 horas e é de três anos e a nova lei é de 4000 horas para a dupla habilitação. A diretora ainda coloca que o curso é semestral, e que os mesmos podem ser oferecidos semestralmente ou anualmente dependendo das necessidades do câmpus. Diz que já deveria começar a construção dos novos blocos no nosso Câmpus, porém não temos uma certeza de quando isto acontecerá. Então os cursos de Licenciatura e de Tecnólogos, podem ser oferecidos no período que se achar mais possível e que nos PPCs dos cursos aqui propostos já está previsto. Também informa que vai ser colocado no SISU e se tiver vagas remanescentes poderão fazer conforme orientação da PRE. Passa-se, então, à apresentação do curso de Gestão Pública. A profa. Cynthia faz a apresentação do curso. Após o término da exposição, antes da deliberação, pergunta aos conselheiros se alguém tem alguma pergunta. A conselheira Ana Paula Bulgarelli, pergunta ao professor Robson Santos se houve avaliação técnica da demanda de mercado e da sociedade para o curso de Gestão Pública. Professor Robson Santos responde que está sendo muito esperado o curso de Gestão Publica pelo público local. Disse também que existem dois projetos paralelos e que não foi possível dar conta dos dois. Explica sobre sua indisponibilidade e o retorno à ideia do curso original que já vinha sendo discutido em algumas reuniões de coordenação e PDI. O conselheiro Roberto fala da necessidade de uma Ata Pública mesmo que pequena para colaborar para que todos possam visualiza-las. A professora Patrícia, presidente do PDI, coloca que tudo está sendo fruto de muito trabalho. A professora Pamella, pede a palavra e fala que já fez parte do PDI e que aprendeu que só a resenha digital não é suficiente que é necessário que o processo, para que todos participem e façam juntos a construção, tenha uma divulgação mais ampla. Mas que os conselheiros do CONCAM, podem dar um voto de confiança quanto aos cursos pois os mesmos foram amplamente discutidos e que terão sucesso. As professoras Pamella e Eufrida se ausentaram após convergir suas falas. A diretora chama o professor Robson para falar sobre o curso de Gestão. Fala da necessidade de implementação dos cursos e da conversa com a PRE e fala sobre montar até três cursos superiores, porém houve uma conversa com o NDE do curso de ADS e disseram não ter condições de apresentar o curso e levar em frente ainda este ano. Terminada a apresentação do curso de Gestão Pública, todos conselheiros deliberam pela aprovação. A conselheira Ana Paula reitera as mesmas ressalvas apresentadas na manifestação de seu voto acerca do curso de Letras. Ao final, pergunta à presidente se já há data estabelecida para a eleição dos membros discentes e da comunidade externa para compor o Conselho. A profa. Cynthia responde que, como colocado em reunião anterior, esta se dando um tempo, cerca de um mês, para que os alunos se conheçam e tenham condições de votar em um candidato. Cynthia encerra a reunião às 21 horas, a qual eu, Hânia Cecília Pilan, excepcionalmente, registrei na presente ata.

Cynthia Regina Fischer

Roberto da anunciação

Ana Paula Bulgarelli

Ivan Miletovic Mozol

Ana Lucia Pereira da Silva Souza